

CENÁRIO ATUAL DE ANGOLA EM FACE DA IMPLEMENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Francisca Geny Lustosa¹
Universidade Federal do Ceará
franciscageny@yahoo.com.br

Lucas Luciano².
Ministério de Educação de Angola/INEE
lucasluciano2@hotmail.com

Resumo: Este texto apresenta o cenário atual de Angola em face da implementação da educação inclusiva e as iniciativas mobilizadas no sentido de atender a tal paradigma. Os dados resultam de estudo empírico do contexto angolano (entrevistas, observações, análise documental) e da vivência como formadora dos professores, nos anos de 2008 e 2010. A inclusão é a meta que Angola pretende alcançar e exige o redimensionamento do modelo educativo até então adotado, hoje compreendido como segregativo. Os resultados evidenciam que, no tocante aos discursos oficiais, Angola se refere a implementação da educação inclusiva, porém, na prática materializam concepções da Educação Especial, no modelo tradicional.

Palavras-chave: política educacional; inclusão; angola.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste texto é apresentar o cenário atual de Angola em face da implementação da educação inclusiva, bem como as iniciativas que se mobilizam no país, no sentido de atender a tal paradigma. A reforma educativa em curso em Angola impõe ao sistema de ensino o desafio da oferta educativa pública de qualidade para todos, rumo a uma sociedade democrática e justa, que reconhece e valoriza a diversidade.

Nesta perspectiva, o Ministério de Educação de Angola (MED), tem como compromisso, imposto em grande medida, pelas exigências atuais de organismos e agências internacionais, impulsionar a transformação de seu sistema educacional para que consolide a educação inclusiva (nas 18 províncias de seu país), prevendo que todos os alunos possam participar e se beneficiar, com sucesso, dos espaços e processos comuns de ensino e de aprendizagem. Angola, se depara, portanto, com a urgência de consolidar a política educacional de inclusão, tornando a escola aberta a todos, livre de discriminação, lançando as bases de uma educação fundamentada no respeito, solidariedade e na atenção às diferenças dos sujeitos.

As últimas décadas deste século foram marcadas pelo debate mundial acerca da inclusão de alunos com deficiência no sistema comum de ensino, estabelecendo o componente fundamental da universalização do acesso de todos à educação. A inclusão de alunos com deficiência no sistema comum de ensino é a meta que Angola pretende alcançar e esse pressuposto exige o redimensionamento do modelo educativo até então adotado - hoje compreendido como segregativo-, e se lançar em busca da (re)organização para a inclusão.

No plano político, esse redimensionamento do sistema de ensino se sedia em iniciativas traduzidas na elaboração de diretrizes dos organismos centrais do MED, na organização do sistema de ensino e das escolas, além de ações de formação de professores.

Nessa trajetória, Angola, tem contado com intercambio de outros países como parceiros, em acordos internacionais, sob a forma de troca de experiências e formações sistemáticas, bem como decisões e iniciativas locais, ainda que de pequenas repercussões sociais e educacionais.

Os aspectos aqui brevemente assinalados vêm delinear o panorama de Angola na contemporaneidade, bem como os desafios enfrentados para atender ao paradigma da educação inclusiva.

1 Situação atual da Educação Especial em Angola

A Educação Especial em Angola ainda está organizada de forma segregativa, ou seja, os alunos com deficiência frequentam as Escolas Especiais e os aparatos de serviços dos Centros de Atendimento Clínico-Especializados. Em alguns casos, como o verificado em províncias mais distantes, em que não se tem a Escola Especial, a escolarização desses alunos dá-se na prática da “lógica integrativa”, com a figuração da “Classe Especial” em escola comum.

Convém esclarecer que a integração é uma forma de organização dos sistemas de ensino que prevê uma participação concedida de maneira parcial, em que o aluno integrado tem que se adaptar, em uma espécie de adequação individual às condições sociais, físicas e pedagógicas do ambiente. Já a educação inclusiva, pressupõe a participação plena dos sujeitos, em que uma cultura de valores e práticas são redefinidos tendo em conta as características, necessidades e potencialidades de todos os participantes do ato educativo.

Tal compreensão, por certo, se deve ao fato do movimento de inclusão ter se desenvolvido cronologicamente após o movimento de integração, apesar de apresentar-se em ruptura e negação a sua ética, muitos tendem a pensar que é um novo termo para designar proposta semelhante.

O fato é que a integração não mexeu nos valores da escola, não rompeu com a segregação, muito menos produziu novas compreensões e modelos de gestão da sala de aula. A escola integrativa criou a escola especial que separa os alunos em categorias muito claras: os “normais” e os “deficientes”, condicionando o lugar e o papel do aluno, além das expectativas de sua aprendizagem e de seu desenvolvimento. A escola inclusiva é oposta a essa concepção: é uma escola que percebe os alunos como todos diferentes e requer uma pedagogia diversificada (PERRENOUD, 1996; POULLIN, 2006). A educação inclusiva é sediada, portanto, em uma nova lógica e uma outra ética que cumpre à plena participação de todos os alunos.

A própria equipe do INEE/MED assume: “a inclusão é a meta que Angola pretende alcançar. Esse pressuposto exige o redimensionamento do modelo educativo até então adoptado, hoje compreendido como segregativo, e a lançar-se em busca da reorganização para a inclusão” (MEMBRO DO INEE).

A Educação Especial funciona em condições pouco desejáveis, no que concerne à qualificação do corpo docente, disponibilidade de recursos e materiais específicos ao atendimento

e/ou estimulação de alunos com deficiências (serviços clínico especializados, psicopedagógicos e de atendimento educacional especializado, entre outros). Esta situação é também resultante da ausência e/ou indisponibilidade financeira para sustentar os encargos que tais modalidades de serviço exigem ao país, além da não sensibilidade do poder público e da sociedade, em geral, para sua viabilização.

Não obstante, os esforços que se tem vindo a empreender, ainda pífios, asseveram que muito há para ser feito nesse país em reconstrução pós-guerra, pois, são visíveis as dificuldades de carácter cultural e material com que se depara esta área da Educação, que continua a apresentar-se como o grande desafio, sob o qual a nação deve atentar e conjugar esforços para ajudar a equacionar o problema.

Se considerarmos como válidas as estimativas da OMS, segundo as quais 10% da população de qualquer país apresenta deficiência, para o contexto social de Angola temos que acrescentar os efeitos da guerra, pobreza, miséria e as difíceis condições sanitárias existentes no País, o que faz com que esta percentagem se eleve provavelmente para 20%. (PLANO ESTRATÉGICO DO INSTITUTO NACIONAL PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL, 2008).

Para atender ao paradigma inclusivo, constante na agenda das políticas educacionais, se faz necessário, por parte das estruturas centrais do MED, maiores investimentos na formação de equipe técnica especializada e da formação dos profissionais de educação, em serviço, na matéria da educação especial e inclusiva.

As ações que o Ministério de Educação, através do Instituto Nacional para Educação Especial de Angola (INEE), tem vindo a implementar, são o reflexo da luta contra discriminação e exclusão das pessoas com deficiência, no nosso país. Urge também a necessidade de incentivar o surgimento e a modificação da consciência nacional em relação à deficiência, eliminando preconceitos, tabus, discriminações, estigmas e rótulos. Será necessário construir escolas inclusivas onde todos tenham a possibilidade de estudar juntos. (MEMBRO DA EQUIPE DO INEE/MED).

Se quisermos uma sociedade mais democrática, há que necessariamente se garantir um sistema educativo acolhedor para todos; por outro lado, há que contar com gestores e outros profissionais da educação formados e informados para a prática da Educação Especial e inclusiva do ensino na diversidade, que conheçam as estratégias de intervenção e que possam responder ao conjunto de necessidades educativas de todos os educandos. (MEMBRO DA EQUIPE DO INEE/MED).

A implementação do processo de inclusão se apresenta nos discursos dos técnicos do MED como termos da agenda política angolana e, portanto, compreendem **Tarefas Nacionais** que necessitam ser efectivadas.

Assim, na intenção de minimizar os problemas atuais que a Educação Especial enfrenta em Angola, o MED, através INEE, implementou desde o ano de 2007, o Plano de Desenvolvimento da modalidade [Educação Especial], com duração prevista até o ano 2013.

No referido plano encontram-se projetadas ações tendentes a satisfazer as maiores carências identificadas no atendimento aos alunos com deficiências e necessidades educativas especiais, visando a ampliação e a consolidação da Educação Especial em Angola.

Apresentamos, a seguir, as ações constantes no Plano de Desenvolvimento da modalidade [Educação Especial], 2007-2013, que sob os aspectos destacados no referido documento, se sustentam em cinco pilares fundamentais, nomeadamente:

- I. Sensibilização da população sobre a problemática das Necessidades Educativas Especiais (atividades para informar e sensibilizar a comunidade em geral, e em particular, a escolar sobre questões inerentes as necessidades educativas especiais);
- II. Formação e capacitação de recursos humanos especializados (formação de 270 formadores provinciais no âmbito da Reforma Educativa e da cooperação bilateral Angola-Brasil, para garantir a expansão e melhoria da Educação Especial³);
- III. Investimento em infra-estruturas básicas para o desenvolvimento da Educação Especial (**construção de novas escolas especiais**, em 7 províncias: Huambo, Lunda Sul, Cunene, Namibe, Kuanza Norte, Malange e Bié)
- IV. Investimentos em materiais didáticos e específicos (aquisição de materiais e equipamentos);
- V. Estudos e investigações (participação em congressos internacionais e realização de trabalhos investigativos relacionados à educação especial).

Estes cinco pilares visam promover, nas condições concretas de Angola, uma melhoria da educação no país, e dizem criar condições para a melhoria e ampliação dos serviços da Educação Especial, todavia, destacamos, incoerências notórias com a premissa de um sistema educativo inclusivo, quando incorpora em suas metas, por exemplo, a previsão da construção de **escolas especiais** (cf. item III). Tal fato, isoladamente, já evidencia a necessidade de debates mais amplos da sociedade educativa angolana, em particular, em torno dos princípios, valores e práticas ligadas a perspectiva inclusiva e seu *constructo* teórico-conceitual.

2 Problemas Atuais da Educação Especial em Angola e as Medidas Políticas Adotadas por Angola com a Finalidade de Melhoria da Educação Especial

Segundo o mapeamento da equipe técnica do INEE (RELATÓRIO INEE/MED, 2010), os principais problemas da Educação Especial em Angola, resumem-se nos seguintes aspectos:

- Exiguidade de recursos financeiros;
- Inexistência de um Centro Nacional de Diagnóstico e Acompanhamento do Desenvolvimento e Aprendizagem das pessoas com Necessidades Educativas Especiais;
- Reduzido número de técnicos especializados na área da educação especial;
- Inexistência de tradutores de Língua Gestual Angolana;
- Insuficiência de materiais didáticos e específico para os alunos com necessidades educativas especiais;
- Reduzido número de centros de recursos;

- Fraca sensibilização da população, no concernente a temática das necessidades educativas especiais;
- Baixo tratamento do tema da Educação Especial na Reforma Educativa;
- Falta de trabalhos para a identificação e estimulação precoce em crianças com problemas no desenvolvimento;
- Falta de reconhecimento formal da Língua Gestual Angolana, por parte do Ministério da Cultura;
- Reduzidas ações de investigação na área da Educação Especial.

Assim, diante da identificação dos eixos sob os quais se encontram as principais dificuldades de Angola quanto ao desenvolvimento da educação, em específico, da Educação Especial, o MED desenvolve um plano de estratégias que incide essencialmente em iniciativas para viabilização de objetivos nacionais amplos, orientado pela definição de metas, como:

[...] o prosseguimento do reforço da melhoria e ampliação dos serviços da Educação Inclusiva em todo o território; [...] continuação e progressiva institucionalização de acções lançadas na fase de emergência; [...] reconfiguração de projectos e acções de acordo com o resultado da sua avaliação; [...] criação das condições infra-estruturais, de formação e pesquisa que permitam uma implementação segura do plano estratégico de desenvolvimento da Educação Especial; [...] reforçar a aquisição de materiais didácticos específicos”. (PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL, 2007-2013).

Para atender a execução das metas traçadas pela equipe ministerial e seus órgãos, foram elaborados, ao longo dos anos, vários projetos e instrumentos de orientação para o desenvolvimento da educação especial no país, entre os quais se encontram organizadas as seguintes ações a serem projetadas:

- ♣ **1. Plano Curricular de Formação de Professores em Educação Especial**, cuja perspectiva é formar quadros especializados como suporte do desenvolvimento da Educação Especial;
- 2. Projecto da Uniformização da Língua Gestual Angolana**, já em implementação há 4 (quatro) anos, na perspectiva de maximizar a comunicação das pessoas com deficiência auditiva;
- 3. Proposta de criação de gabinetes Psicopedagógicos** [salas de atendimento psicopedagógico], ambientes que possam se constituir como instrumentos de apoio e com carácter preventivo, psicoterapêutico, educativo e [...] facilitador na resolução dos mais variados problemas que possam surgir na escola e na comunidade;
- 4. Projecto de criação do Centro Nacional de Diagnóstico e Acompanhamento do Desenvolvimento e Aprendizagem dos Alunos com Necessidades Educativas Especiais**, equipamento que espera-se ser centro de referência a nível nacional;
- 5. Proposta de criação de Centros de Recursos**, em todo o país, na perspectiva de acompanhamento e apoio às crianças com necessidades educativas, nas escolas do Ensino Geral entre outras tarefas;

6. **Reformulação dos conteúdos sobre as Necessidades Educativas Especiais** leccionados nas Escolas de Formação de Professores do Ensino Primário e do 1º Ciclo do Ensino Secundário, na intenção de constatar, analisar, reformular e apoiar tecnicamente os docentes que trabalham com estes conteúdos.;
7. **Estratégias de desenvolvimento da Educação Especial para o período 2008-2015**, documento que projecta as acções prioritárias para este período;
8. **Projecto de adaptação curricular**, na perspectiva de adequar o currículo às necessidades educativas a quem os requer, garantindo desta forma, a Educação Para Todos.

Destacamos que no documento referido, merecem destaque algumas propostas, como a referida na “criação de salas psico-pedagógicas nas escolas do Ensino Primário e Secundários do I e II ciclos e o projeto que visa o desenvolvimento de currículos adaptados para os alunos com necessidades educativas especiais” (itens 3 e 8, respectivamente), pela incompatibilidade que apresentam com a defesa de um sistema organizado para atender a diversidade,

Em particular, a **criação de salas psicopedagógicas** e demais atendimentos especializados, indicado por Angola em seu projeto de redimensionamento do sistema de ensino, não coaduna com as ideias defendidas pela literatura e pesquisadores da área (AINCOW; BOOTH, 2000; MANTOAN, 2002; FIGUEIREDO, 2008; MITTLER, 2003).. A defesa de alguns para a presença de equipamentos de caráter clínico-especializado, é um argumento com o qual nos deparamos com frequência, também no Brasil, como justificativa ao impedimento de se realizar a inclusão dos alunos com deficiência ou dificuldades mais significativas. Consideramos que a ênfase dada pelos professores a necessidade desse atendimento é, de certa forma, coerente com a concepção clínica/patológica que têm desses (LUSTOSA, 2003).

Em certa medida, os relatos a esse respeito denotam certa deslegitimação do fazer pedagógico para os profissionais dos serviços médicos e especialistas, como se esses atendimentos fossem indispensáveis às exigências do desempenho escolar desses alunos, ou ainda, como se os saberes pedagógicos fossem secundários ou de menor importância. Essa postura dos profissionais da educação produz uma inversão de perspectiva no sentido de transformar a escola para receber todos os educandos com suas diferenças e características individuais, minimizando a concretização desta possibilidade pela transformação da escola e da melhoria da capacitação docente.

A ênfase dada ao discurso-álibi de que a escola precisa estar equipada e com profissionais da área médica, psicológica e/ou psicopedagógica vem assemelhar a instituição de educação mais a um espaço clínico do que escolar. Embora entendamos que esse tipo de apoio médico, se presente, às vezes, como importante, principalmente nos casos em que se encontram associados distúrbios da fala, comprometimento motor e/ou sensorial etc, eles devem ser ofertados nos serviços de educação especializada, paralela e complementar à escola regular. Muitos professores

parecem não se dar conta de que a escola regular é um espaço eminentemente pedagógico e é sobre essa dimensão que devem atuar.

No tocante a adaptação curricular, consideramos que essa ideia, apesar de bastante disseminadas no campo educacional, é conceitualmente equivocada e se apresenta como uma atitude de discriminação negativa do sujeito em função da deficiência que manifesta. O que o ensino inclusivo deve contemplar são as especificidades do aluno e as necessidades de apoios e recursos metodológicos de acesso ao currículo (MANTOAN, 2002; FIGUEIREDO, 2007; LUSTOSA, 2009), e não sua minimização, camuflada nos termos de adaptação.

O trabalho com os componentes curriculares e a gestão da sala de aula inclusiva pressupõe o desenvolvimento de vários tipos de metodologias e procedimentos didáticos de ensino e de aprendizagem: trabalho com grande grupo, grupos por níveis de aprendizagem, trabalho em pares, tutorias e trabalho individual (mediador e diagnóstico) etc. Tais estratégias didáticas permitem a oferta de situações diversificadas de aprendizagem que respeitem os diferentes estilos e ritmos de aquisições dos alunos, ao mesmo tempo, em que potencializam as aprendizagens a partir da mobilização da interação e da produção da autonomia social e cognitiva dos sujeitos. No tocante ao que subjaz a noção contida em adaptação curricular, ela é conceitualmente inadequada ao que se propõe, ou seja, nega a viabilidade da inclusão subsidiada na defesa da homogeneidade como favorável ao processo de aprendizagem.

A proposta pedagógica da inclusão incita algumas mudanças significativas para nas concepções sociais e educacionais, à medida que questiona e põe abaixo o mito da homogeneidade dos sujeitos e (re)elabora compreensões mais realistas sobre desempenho, (d)eficiência, habilidades, limitações e tantas outras que carecem de uma reconfiguração tanto social como pedagógica; e assim, cria condições para que todos se engajem, convivam e juntos aprendam com e em suas singularidades. Resumindo: a questão posta ao cenário educacional é a construção de uma escola que não somente ensine, mas também aprenda que os seres humanos são heterogêneos, que as diferenças são enriquecedoras e devem ser respeitadas.

3 A Educação Especial em Angola: os educadores e suas Formações

A formação dos educadores(as) para atender a educação especial constitui uma das preocupações do MED de Angola, nos últimos anos. Dados recentes (IDEM, IBIDEM), revelam o aumento exponencial de professores para o Ensino Especial, contando atualmente com um número estimado em 3.182 educadores(as).

Quanto a formação em serviço, ou seja, de educadores(as) que já estão no exercício da função, as iniciativas integram componentes para o desenvolvimento de competências de orientação inclusiva. Podemos citar como exemplo, que no ano de 1994, foram formados no âmbito do “Projecto 534/ANG/11”, os primeiros formadores provinciais em matéria de educação especial e integrada, com a finalidade de multiplicar essa concepção. (CADERNO DE DADOS ESTATÍSTICOS DO INEE/MED, 2008).

(Endnotes)

1 Salientamos, entretanto, que a par desta intencionalidade, a maioria dos educadores de Angola não se consideram suficientemente preparados para atender a diversidade e acolher crianças com necessidades educativas especiais em suas escolas. “A maior parte dos educadores beneficiou-se de formação continuada para trabalhar com alunos com necessidades educativas especiais, no entanto, verifica-se que, a maioria ainda apresentam uma visão restritiva ou de rejeição ao atendimento de alunos com deficiência”, é o que assinala membros da equipe técnica do INEE, que acrescenta:

é fundamental que nesse processo haja o comprometimento efectivo dos educadores. [...] Estes conservadores acreditam que essa inovação poderá vir a abalar a identidade profissional e a posição adquirida numa certa estrutura de ensino, provocando interferências negativas à experiência, aos conhecimentos e ao empenho que fizeram para conquistá-los, assim como rescindir com o traço de trabalho prático que aprenderam a aplicar ao longo dos anos em suas salas de aulas. Esta tendência aborta a actuação profissional, que é regida por uma metodologia essencialmente instrutiva.

São muitas as demandas formativas para o país, em relação a preparação dos profissionais da educação, além daquelas de ordem estrutural quanto a reformulação das matrizes curriculares da formação inicial nos Cursos de Pedagogia/Formação para o Magistério, conforme explicitado pelo dirigente do MED de Angola:

Por exemplo, o currículo da Formação de Educadores do Ensino Primário, integra a disciplina de Psicologia de Desenvolvimento e da Aprendizagem e as Necessidades Educativas Especiais, todavia, esta disciplina é orientada por professores não especializados na área. (DIRIGENTE DO MED DE ANGOLA).

Consideramos insuficiente para responder às necessidades de formação de educadores a existência de um único componente curricular nas “Escolas de Formação de Professores”, denominado “Psicologia de Desenvolvimento, de Aprendizagem e as Necessidades Educativas Especiais”. Há carência específica de formadores especialistas, com nível superior, para leccionar essa disciplina no país.

Neste contexto, o Ensino Superior precisa assumir o seu papel de formar professores especialistas tanto para as “Escolas de Formação de Professores”, quanto para o “Ensino Primário, Primeiro e Segundo Ciclos do Ensino Secundário e o Ensino Médio”.

Verificamos que as carências formativas se localizam também na esfera dos formadores, uma vez que co-existe a paralela necessidade de preparação de quadros docentes, em níveis de graduações e pós-graduações (especialização, mestrado e doutorado).

Angola lida com o desejo pemente dos técnicos da equipe do MED (e de alguns professores) por oportunidades para ampliação de seus níveis de formação acadêmica. As formações iniciais, em nível de graduação e/ou especialização, foram realizadas fora do país, em geral, em Cuba (Defectologia e Psicometria) ou Portugal, no período da guerra. Estes profissionais nutrem expectativas de que a parceria com o Brasil se reverta em possibilidades

para formações acadêmicas. Na mesma direção, estão os anseios dos professores que ainda não possuem nível superior e que esperam medidas governamentais de seu país.

Outra questão que trazemos à baila é a importância de investimentos na fomentação de pesquisas e estudos na realidade angolana, com foco nos sujeitos com deficiências e seus processos de aprendizagem. Fato esse reconhecido pela equipe técnica do MED e considerado como um diferencial positivo do Brasil: “ falta-nos pesquisas, ao modelo do que faz o Brasil com sua realidade, na parceria com as universidades” (DIRIGENTE DO MED DE ANGOLA, EM REUNIÃO TÉCNICA COM O GRUPO DE PESQUISA “GESTÃO DA APRENDIZAGEM NA DIVERSIDADE, DA UFC, EM 2009).

Considerações Finais ou Perspectivas para a Educação Inclusiva em Angola

A Reforma Educativa em curso em Angola impõe ao sistema de ensino o desafio da oferta educativa pública de qualidade para todos, rumo a uma sociedade democrática, justa, que reconhece e valoriza a diversidade.

Nesta perspectiva, o MED de Angola tem assumido, nacional e internacionalmente, o compromisso de impulsionar a transformação do seu sistema educativo para que se consolide a educação inclusiva, nas 18 províncias do País, prevendo que todos os alunos possam participar e se beneficiar com sucesso dos espaços e processos comuns de ensino e de aprendizagem.

Neste sentido, o Sistema Educativo em Angola, procura consolidar a política educativa, tornando a escola aberta a todos, livre de discriminação, lançando as bases de uma educação fundamentada no respeito, na atenção às diferenças e na solidariedade.

As últimas décadas foram marcadas pelo debate acerca da inclusão de alunos com deficiência no sistema de Ensino comum, estabelecendo como fundamental a universalização do acesso a educação.

No tocante aos discursos oficiais do MED, Angola se refere a implementação da educação inclusiva, porém, analisando o conjunto de iniciativas que se mobilizam no sentido de atender a tal paradigma, verificamos que algumas revelam em seu bojo concepções da Educação Especial no modelo tradicional e não na perspectiva inclusiva. Esse dilema conceitual precisa ser superado por Angola, sob pena de defender no discurso o que não materializa na prática, ampliando o fosso entre a teoria e a realidade concreta do chão da sala de aula. Ademais, assim procedendo, encobre em um falso discurso inclusivo, que reverbera a instauração de um sistema educativo democrático, justo e de equidade social, o fortalecimento de um perverso modelo segregativo.

- 1 Pedagoga e doutora em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará.
- 2 Especialista em Defectologia. Diretor do Instituto Nacional para Educação especial de Angola (Ministério de Educação de Angola)
- 3 Participamos como formadora, nas duas fases presenciais do Projeto, em Angola (Fase I, realizada em novembro de 2008; Fase II, em setembro de 2010), além de outras iniciativas como reuniões técnicas com as equipes do Ministério de Educação do Brasil e de Angola, ocorrida em Brasília, no ano de 2009, bem como no acompanhamento das visitas de membros do INEE/MED às experiências de inclusão, nas cidades de Fortaleza e Florianópolis (2009). Convém destacar, ainda, o trabalho como assessora de Angola para a elaboração do diagnóstico da realidade do País.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOOTH, T.; AINSCOW, M. **Indicie de inclusion:** desarrollando el aprendizaje y la participacion em lãs escuelas. Bristol UK: Center for Studies on Inclusive Education, 2000.

FIGUEIREDO, R. V. de. Interpreting writing of children with intellectual disabilities: a comparative study. **Educational Studies in Language and Literature**, vol. 7, n. 3, p. 63 – 79, 2007.

LUSTOSA, Francisca Geny. **Concepções de deficiência mental e prática pedagógica: contexto que nega e evidencia a diversidade.** Fortaleza, 2002. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal do Ceará.

_____. Práticas de leitura e escrita em sala de aula inclusiva. In: DELACOURS-LINS, S. e CRUZ, S. H. V. (orgs) **Linguagens, Literatura e Escola.** Fortaleza: Editora UFC, 2006.

_____. **Inclusão, o olhar que ensina:** o movimento da mudança e a transformação das práticas pedagógicas no contexto de uma pesquisa-ação. Fortaleza, 2009. Tese (Doutorado em Educação) Universidade Federal do Ceará.

MANTOAN, M.T.E. Produção de conhecimentos para a abertura das escolas às diferenças: a contribuição do Laped. In: ROSA, D. E. G.; SOUZA, V. C. (Orgs.). **Políticas organizativas e curriculares, educação inclusiva e formação de professores.** Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 79-83.

MITTLER, P. **Educação inclusiva:** contextos sociais. Porto Alegre: Artmed, 2003.

POULIN, Jean Robert. Integration and inclusion. **The relevance of such concepts in teh educational system.** Paper presented at the international summit for na alliance for social inclusion, Montreal, 2 au 6 may, 2006.